

1 Aos vinte e um dias do mês de julho ano de dois mil e dezoito, às nove horas e cinquenta e dois  
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração  
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,  
4 Distrito Federal, iniciou-se a vigésima sessão plenária do décimo sétimo plenário do Conselho  
5 Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião entre Conselheiras e Conselheiros:  
6 Fabiana Itaci Corrêa de Araujo, Andréa Esmeraldo Câmara, Regina Lúcia Sucupira Pedrosa,  
7 Fabián Javier Marin Rueda, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Iolete Ribeiro da Silva, Célia Zenaide  
8 da Silva, Cleia Oliveira Cunha, Marisa Helena Alves, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte  
9 Guerra, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Gastalho de  
10 Bicalho, Norma Celiane Cosmo, Sandra Elena Sposito, Paulo Roberto Martins Maldos, Paulo  
11 José Barroso de Aguiar Pessoa. Pedro Paulo abre a Plenária anunciando que os primeiros pontos  
12 serão apresentados por Fernanda Magano, por Skype. **6. DCNS da Psicologia na Comissão**  
13 **Intersectorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT/CNS) – Informe.**  
14 Fernanda Magano, contactada via *Skype*, fala que no dia 17 de julho foram colocadas para  
15 apreciação as pautas das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da psicologia. A cópia do  
16 documento final foi apresentada, e foi bem recebida na Comissão, com algumas sugestões de  
17 alteração. Assim, ficou encaminhado que o grupo de trabalho das DCN fará uma reunião  
18 presencial em São Paulo para fazer as correções solicitadas no documento, após o que ele será  
19 remetido ao Pleno do Conselho Nacional de Saúde. O informe fica bem claro para o Plenário do  
20 CFP. **13. Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) –**  
21 **Posicionamento do CFP.** Fernanda Magano explica que a Comissão vem passando por  
22 problemas, pois no início de sua reativação, no ano de 2010, houve a tentativa de o Ministério da  
23 Saúde, à época, definir os membros da Comissão à revelia das organizações de saúde. Por isso, a  
24 portaria que designava os membros da Comissão no Diário Oficial foi questionada no Fórum das  
25 Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde - FENTAS, e deu-se um ano de brigas  
26 e tensões. Em 2011 foi publicada uma nova portaria redefinindo os membros, e a Comissão  
27 iniciou os trabalhos em 2012, porém persistiam as tensões. Nesse contexto, mesmo com os novos  
28 membros a Comissão ficou praticamente desativada. No final de 2017 voltou à baila a retomada  
29 da Comissão, e foi feito novo processo eleitoral. Porém, subsistiram as tensões quanto à  
30 representatividade. As reuniões têm funcionado na irregularidade, porque portarias que  
31 regimentam o funcionamento da Comissão não foram publicadas. A seguir, um Ofício Circular  
32 do Ministério da Saúde foi emitido, sinalizando a retomada das atividades das Câmaras Técnicas  
33 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional sem o conhecimento da própria  
34 Comissão. Com isso foi redigido um documento para o Ministério da Educação e para o  
35 Ministério da Saúde demandando a participação da Comissão no processo de reativação das  
36 Câmaras Técnicas. **7. Dia da(o) psicóloga(o) 2018.** Pedro Paulo fala que a proposta é fazer  
37 homenagens a psicólogas e psicólogos que foram importantes na trajetória de luta da psicologia,  
38 indicadas pelo FENPB e também pelo Plenário. Paulo Maldos concorda e acrescenta que seria  
39 importante pensar psicólogas que contribuíram no enfrentamento do momento que vivemos hoje.  
40 O Plenário pensa em homenagens póstumas, mas também de psicólogos vivos, ainda que neste  
41 caso se exija maior delicadeza para a escolha. Marisa Helena traz o critério do pioneirismo. Célia  
42 Zenaide ressalta a importância de trazer psicólogas negras. Paulo Maldos acrescenta o critério de  
43 diferentes regiões do país. Rogério Giannini sugere que um psicólogo vivo seja precedido por  
44 um póstumo. Os nomes que surgem, e os respectivos Conselheiros que os sugerem, são: Madre  
45 Cristina (Paulo Maldos), Norberto Abreu (Regina Pedroza), Cristina Rauter (Pedro Paulo), Silvia  
46 Lane (Fabiana Itaci), Eugenia Coelho Paredes (Marisa Helena), Virgínia Bicudo (Célia Zenaide),  
47 Maria de Jesus Moura (Célia Zenaide e Paulo Maldos), Jonathas Salatiel (Célia Zenaide),



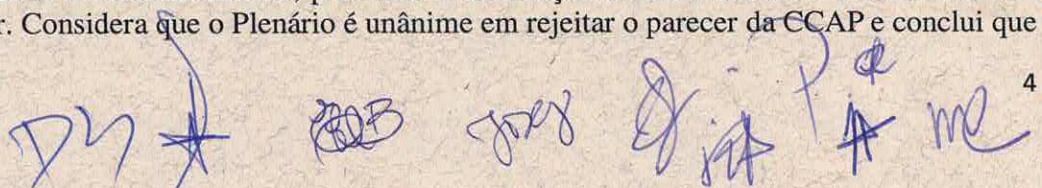
48 Robenilson (Jureuda), Sueli Terezinha Ferreira Martins (Fabiana Itaci), Emmanuel Zagury  
49 Tourinho (Jureuda), Waldir dos Santos Costa (Iolete Ribeiro), Virginia Kastrup (Pedro Paulo),  
50 Antônio Gomes Pena (Pedro Paulo), Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (Andrea Esmeraldo),  
51 Sonia Grubtis Goncalves de Oliveira (Norma Cosmo), Maria Solange Félix (Norma Cosmo),  
52 Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (Fabián Rueda), Marta Elizabete de Souza (Junia Lara),  
53 Marcus Vinicius Oliveira (Junia Lara), Iara Iavelberg (Sandra Sposito), Reinier Johannes  
54 Antonius Rozestraten (Marisa Helena), Regina Helena Freitas Campos (Junia Lara), Dante  
55 Moreira Leite (Paulo Maldos), Jurema Cunha (Fabian Rueda), Acácia Angeli (Fabian Rueda),  
56 Gregório Franklin Baremlitt (Pedro Paulo), Kátia Neves Lenz (Iolete Ribeiro). Além desses  
57 nomes, Célia Zenaide indica que se incluem um representante indígena e um representante dos  
58 quilombolas. O Plenário decide que a homenagem deverá ser realizada no dia 24 de agosto, a  
59 sexta-feira que antecede o dia da psicóloga, para não concorrer com os eventos realizados pelos  
60 regionais. Ana Sandra sugere, além dessa data específica, que essas homenagens se estendam  
61 pelo mês do psicólogo. Para a preparação, o combinado fica sendo que aquele Conselheiro que  
62 fez a indicação escreverá algo sobre esse homenageado, no prazo de uma semana, até 27 de  
63 julho. Além disso, Rogério Giannini, Paulo Maldos e Regina Pedrosa ajudarão diretamente a  
64 Gerência de Comunicação do CFP na organização geral. A intenção é fazer um vídeo curto ou  
65 entrevista com os homenageados, e também veicular um vídeo curto de abertura com o Rogério  
66 Giannini e a Ana Sandra, no dia primeiro de agosto, anunciando a campanha. Ana Sandra  
67 pergunta ao Pleno se há um nome e um mote para essas homenagens. Rogério Giannini sugere  
68 'Psicologia 56 anos: Reconhecendo Histórias, Valorizando Contribuições'. Além disso, como  
69 frase de impacto, Paulo Maldos sugere a frase "A psicologia muda nossa história". Os  
70 encaminhamentos finais incluem que as entidades do FENPB indiquem, no máximo, um nome  
71 cada uma. Sugerem ainda que seja feito um *twibbon* com o mote, e este venha na horizontal e na  
72 vertical, e que no dia 01 de agosto a comunicação já tenha mudado os perfis dos Conselheiros. A  
73 ideia final é ter 56 nomes homenageados. **8. Chamada para envio de projetos de eventos –**  
74 **mês das psicologias.** Ana Sandra apresenta o ponto, sugerido pelo CRP03 que propõe eventos  
75 comemorativos no mês da psicologia e que estejam relacionados às diretivas do último COREP.  
76 O ponto parece confuso. Miraci Mendes explica que se trata de um convite para o CFP propor  
77 temas no evento do CRP03 se for de interesse do CFP. Pedro Paulo propõe que levem o tema da  
78 Resolução 01/2018, apesar de o prazo já haver passado. A Coordenação Geral vai acompanhar a  
79 questão. **9. Regimento eleitoral 2019.** Iolete Ribeiro fala que há pequenas alterações no  
80 Regimento Eleitoral desde a última Plenária, como tirar expressões racistas do texto e fazer o  
81 gendramento. Os destaques são lidos. Fabián Rueda questiona se o impedimento de reeleger  
82 quem renuncia está amparado legalmente, e Rogério Giannini confirma que sim. Célia Zenaide  
83 faz questão de assinalar que as cotas do regimento de 20% a 30% para negras e negros, e/ou  
84 indígenas, e/ou pessoas com deficiência, deveriam ser cotas diferentes por serem lutas e grupos  
85 diferentes. O plenário aprova o texto do Regimento. O intervalo para almoço é chamado às doze  
86 horas e trinta e dois minutos. O Plenário retoma às treze horas e vinte e cinco minutos. **29.**  
87 **Seminário de Relações Raciais.** Célia Zenaide explica que o Seminário lançamento da  
88 campanha seria 27 de agosto, mas havia uma proposta de mudança de data. A proposta atual são  
89 os dias 11 ou 25 de setembro. O Seminário será de um dia, com duas mesas no período da tarde.  
90 A primeira mesa é para falar da temática de maneira geral e a segunda mesa é para lançar a  
91 campanha, sendo que ambas contarão com um representante do segmento indígena, quilombola,  
92 cigano e negro. Os nomes indicados pelo Plenário para a primeira mesa, composta  
93 preferencialmente por psicólogos, são: como Mediador um integrante do GT. Representante  
94 indígena: Oraide. Representante quilombola: Eliane Silva Costa ou Fabiana. Representante



95 cigano: Lucimara. Representante negro ainda a definir. Para a segunda mesa os nomes são: um  
96 membro da diretoria e Célia Zenaide. Como representante indígena: Luiz Henrique Eloy Amado.  
97 Quilombola: Givânia. Cigano: Paulo Maldos indicará. Negro: Lucimar Rosa Dias e Iêda Leal de  
98 Souza. A data escolhida é o dia 25 de setembro. **26. Mostra Psicologia no SUAS.** Andréa  
99 Esmeraldo informa que há uma minuta de edital para o Plenário apreciar. A proposta é que a  
100 mostra Regional seja feita no próprio CFP, com transmissão ao vivo, à semelhança dos Diálogos  
101 Digitais, mas com presença de trabalhos das mostras regionais. Tudo deverá acontecer no  
102 primeiro semestre de 2019, a depender dos calendários da COMORG e do CNP, para não  
103 sobrepor datas. A proposta inclui levar uma identidade visual, o que já está sendo conversado  
104 com a Gerência de Comunicação do CFP. O Plenário deve indicar a comissão avaliadora dos  
105 trabalhos da mostra. Os nomes propostos para a Comissão são: James (Ce), Jader Leite (RN),  
106 Luane Santos (BA), Sabrina (ES), Joari Carvalho (SP), Rafaela Palmeira (PA). Marisa indica  
107 Maellisson da UFMT, Jureuda indica Antonino Alves (PA), Iolete Ribeiro indica Consuelena  
108 Lopes Leitão (AM). O Plenário combina o prazo de 31 de julho para encaminhar as demais  
109 sugestões de nomes, somando até quinze indicados. **GT da Resolução 07 – Informe (ponto**  
110 **incluído na hora).** Andrea Esmeraldo inclui ponto sobre o GT da resolução 07, sobre  
111 documentos resultantes do exercício profissional, ampliando o escopo para além dos documentos  
112 da avaliação psicológica. A ideia do GT é finalizar até outubro para a minuta ser apreciada em  
113 Plenário e ir para APAF de dezembro, com a intenção de fazer uma conversa prévia de  
114 alinhamento com os Regionais antes da APAF. Nos dias 21 e 22 de setembro, ocorrerá a reunião  
115 presencial do GT com os profissionais *ad hoc*. É solicitada a presença de um componente da  
116 Secretaria de Orientação e Ética na reunião. Os profissionais *ad hoc* sugeridos para avaliação  
117 psicológica são: Ana Paula Noronha e Norberto Cruz. Para políticas públicas: Débora Ackerman  
118 e Joari Carvalho. Para psicologia jurídica: Sônia Rowinski, Sidney Shine e Ana Luiza Casto.  
119 Fabián sugere que a resolução volte para a CCAP para verificar as questões que tenham a ver  
120 com avaliação psicológica, e neste caso não se indiquem aqueles nomes para especialistas de  
121 avaliação. Norma Cosmo sugere que os campos não sejam segmentados, mas que se pense no  
122 exercício profissional como um todo. O Plenário entende que o mais indicado é retirar essas  
123 indicações *ad hoc* para discutir a elaboração de documentos em termos de exercício profissional  
124 como um todo. Além disso, definiu-se que o trabalho que envolva avaliação psicológica seja  
125 submetido à CCAP. **27. Recomposição da Comissão Nacional de psicologia na Assistência**  
126 **Social (CONPAS).** Andréa Esmeraldo explica a necessidade de recomposição, já que hoje há  
127 cinco pessoas e a Resolução 13/2018 (Altera o funcionamento e composição da Comissão  
128 Nacional de Psicologia na Assistência Social no âmbito do Conselho Federal de Psicologia)  
129 permite até oito nomes. Os nomes sugeridos foram Rosana Fonseca (BA) e Joari Carvalho (SP).  
130 O Plenário combina de até segunda feira dia 23 de julho indicar outros possíveis nomes, com a  
131 sugestão de Ana Luíza Castro sugerir alguém do Rio Grande do Sul. **32. Livro do MNPR –**  
132 **Vozes, Imagens e Resistências nas Ruas: a vida pode mais! – apoio.** Andréa Esmeraldo sugere  
133 a alteração do nome do ponto para Relação com o Movimento Nacional da População em  
134 Situação de Rua. O MNPR do Rio Grande do Norte pede a construção de um evento nacional  
135 tratando da relação da psicologia com a população de rua, propuseram que o CFP se posicionasse  
136 com uma nota sobre as ações higienistas de modo geral, e o apoio à publicação de um livro que  
137 foi feito pelo CNDH com produções da população de rua com uma parte acadêmica e uma parte  
138 de fotografias e desenhos. Ana Sandra problematiza o fato de o livro ser privado e ter a intenção  
139 de ser vendido, de modo que o CFP não poderia apoiar. Rogério Giannini propõe como  
140 encaminhamento que o livro não é possível, mas que seria importante marcar uma conversa mais  
141 estruturada com o Movimento no próprio CFP. **Email do CONGEMAS – Colegiado Nacional**

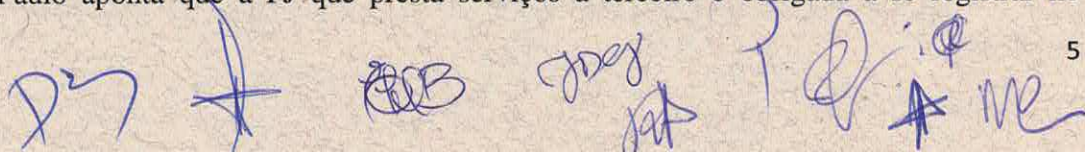


142 **dos Gestores Municipais da Assistência Social – ponto incluído.** Andréa Esmeraldo esclarece  
143 que vai ocorrer, de 30 de julho a 01 de agosto, o vigésimo CONGEMAS. Houve o pedido de  
144 financiamento de uma participação do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do  
145 Sistema Único da Assistência Social – FNTSUAS e do Fórum Nacional dos Usuários da  
146 Assistência Social – FNUSUAS. Andréa Esmeraldo se posiciona contra o financiamento visto  
147 que essa demanda não foi dialogada com o CFP. O Plenário acata. **31. Comissão de Direito**  
148 **Humanos do CFP – atividades e cronograma.** Ana Luíza Castro se junta à Plenária para  
149 apresentar o ponto com Paulo Maldos. Ana Luíza fala que o trabalho da Comissão Nacional está  
150 sendo retomado, após um período de desarticulação. Expõe o planejamento de julho de 2018 a  
151 dezembro de 2019. A inspeção nacional nos presídios está prevista para o primeiro semestre de  
152 2019. Explica que a Plataforma DHESCA gostaria de contar com o nome e a participação do  
153 CFP em suas ações. Será lançado um livro para a cura gay, e precisam de um nome para o livro.  
154 Os diversos Regionais fizeram 33 entrevistas com pessoas vítimas da cura-gay para compor o  
155 livro, e estas entrevistas passarão pela SOE para evitar quaisquer implicações éticas. Ana Luíza  
156 expõe também os *briefings* das campanhas que a CDH pretende lançar. As imagens da campanha  
157 são exibidas. Fabiana Itaci e Sandra Spósito advertem que os slogans da campanha podem estar  
158 reforçando a diferença, em vez de serem inclusivos. Andréa Esmeraldo elogia as imagens, porém  
159 considera que as frases não transmitem o que o CFP quer dizer. Sugere ainda que a logo do  
160 Conselho fique colorida e não em preto. Rogério Giannini pergunta por que o recorte nesses  
161 temas específicos e não em outros. Sugere que sejam criadas frases do tipo: “você tolera o  
162 racismo/ a homofobia/ o ódio?... a psicologia não!” Paulo Aguiar acrescenta que pode-se pegar  
163 as frases de ódio que circulam na internet e reproduzi-las questionando: “você acredita nisso? A  
164 psicologia não!”. As sugestões são muito bem recebidas e segue aclamação. **21. Minuta De PLS**  
165 **- Altera Lei Maria da Penha - Revogação de Prisão Apenas Após Laudo Psicológico.** Em  
166 seguida, Ana Sandra informa que o CFP recebeu um ofício sobre uma alteração na Lei Maria da  
167 Penha, e explica que a senadora Katia Abreu pede um posicionamento, até quarta feira dia  
168 25/07/2018, do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o texto, que condiciona a soltura do  
169 parceiro agressor a um processo de avaliação psicológica, considerando os altos índices de  
170 reincidência. A CCAP construiu um parecer que Ana Sandra lê. O parecer é favorável que a  
171 soltura seja condicionada a um laudo. Andréa Esmeraldo problematiza esse parecer no sentido de  
172 que o exame não conseguirá predizer se o agressor vai reincidir ou não. E mesmo que pudesse,  
173 questiona a serviço de quem a psicologia estaria servindo, até porque seria uma maneira de tirar  
174 o ônus da responsabilidade do juiz e atribuí-la ao psicólogo. Sandra Spósito também questiona a  
175 capacidade de prognosticar de uma avaliação psicológica, e lembra que a psicologia  
176 historicamente foi articulada pela sociedade para legitimar processos de estigmatização,  
177 colocando esta relação a um passo da patologização e medicalização. Rogério Giannini pondera  
178 que mesmo considerando que em certos aspectos a capacidade de diagnóstico seja preditiva,  
179 existe um conjunto de condicionantes – reasseverando as falas anteriores – que impede a  
180 indicação de apoio da psicologia nesta situação, mesmo que por outro lado, por exemplo, o  
181 exame de porte de armas tenha sua capacidade preditiva consagrada. Jureuda Duarte traz para o  
182 debate a questão original da Lei Maria da Penha que previa centros de atendimento para o  
183 homem agressor, o que nunca saiu do papel, e este laudo de reincidência para o agressor viria na  
184 contramão desta intenção. Pondera ainda que o GT de mulheres precisa estar presente para  
185 elaborar a resposta à senadora. Ana Sandra se preocupa em não dar a falsa impressão de que o  
186 Plenário tem algo contra a avaliação psicológica, e dá o encaminhamento de que a resposta  
187 negativa seja feita institucionalmente, prevendo a solicitação de uma audiência com a senadora  
188 para conversar. Considera que o Plenário é unânime em rejeitar o parecer da CCAP e conclui que



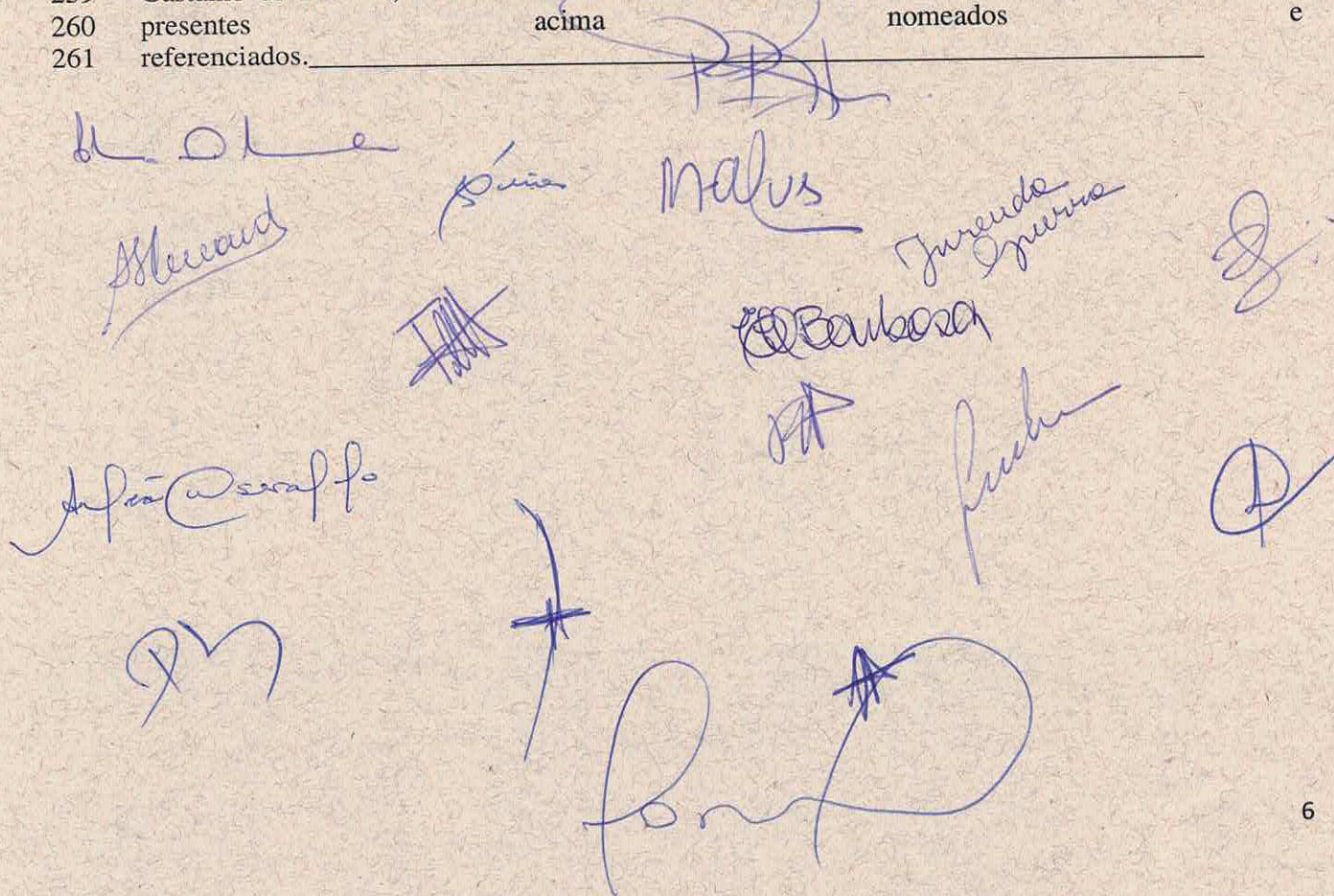


189 o CFP deverá informar à Senadora o posicionamento do CFP de forma educada e agradecer o  
190 cuidado dela em consultar a opinião do CFP a respeito do tema. Andréa Esmeraldo acrescenta  
191 que gostaria que constasse na resposta uma menção aos mecanismos que já existem na Lei e que  
192 não são implementados, mas que seriam muito mais apropriadas para a demanda em pauta. Pede  
193 também que se aprimorem os mecanismos internos de cruzamento de informações que  
194 tangenciem mais de um campo de especialidade no CFP para que, por exemplo, essa demanda  
195 que chegou à CCAP pudesse, desde o início, ter chegado também às conselheiras que tratam  
196 mais especificamente dos temas de gênero ou de assistência social. Sandra Spósito acrescenta  
197 que se reafirme o papel da psicologia no caso em tela, mas não como avaliação psicológica, e  
198 sim compondo uma equipe multiprofissional de acompanhamento do agressor. O Plenário  
199 entende que é preciso refazer o parecer da CCAP, mantendo o que for pertinente em defesa da  
200 avaliação psicológica, mas se posicionando contra a proposta contida no projeto de lei por todas  
201 as questões discutidas. **11. Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**  
202 Fabiana Itaci informa que na gestão anterior o CFP assinou um acordo de cooperação técnica  
203 com a Secretaria Nacional de Assistência Social. Após o *impeachment* da Presidente Dilma  
204 Roussef, o CFP rompe esse acordo. Em 2017 o CFP é chamado a participar de uma reunião para  
205 discutir a questão do trabalho das psicólogas nas medidas socioeducativas. Nessa reunião falou-  
206 se de uma possibilidade de fazer novo acordo de cooperação técnica, e a oficialização disso veio  
207 em abril de 2018 via ofício. A demanda é apreciar se o CFP sela o acordo ou não. A posição  
208 sugerida pela Fabiana Itaci é de que não é uma boa hora de retomar essa parceria, dados os  
209 indicativos de como esse governo pensa a assistência social. Iolete Ribeiro acrescenta que a  
210 gestão do MDS é extremamente complicada e alvo de muitas críticas. Rogério Giannini  
211 encaminha que realmente não tem muito sentido essa parceria, mas acrescenta que é importante  
212 agradecer a iniciativa. Andréa Esmeraldo acha importante criar um espaço para conversar com os  
213 profissionais que possam estar interessados em políticas convergentes, abrindo um lugar para  
214 ouvir os profissionais que estão no fazer, na ponta. O encaminhamento é a não assinatura desse  
215 termo de cooperação. **28. Festival pela vida das mulheres – apoio do CFP.** Sandra Spósito  
216 informa que haverá no STF um conjunto de audiências públicas sobre uma Arguição de  
217 Descumprimento de Preceito Fundamental –ADPF 442 – que pede ao STF a descriminalização  
218 do aborto. Cerca de 400 entidades participarão dessas audiências, sendo que 40 delas  
219 selecionadas, entre elas o CFP, o que dá um grande peso ao posicionamento do Conselho, que  
220 terá uma fala de vinte minutos, possivelmente transmitida pela Tv Jjustiça. Concomitante a isso,  
221 a frente pela legalização do aborto interpelou o CFP pedindo a participação mais efetiva em  
222 torno das atividades que cercarão essa audiência. Durante o final de semana haverá uma vigília.  
223 Sandra Spósito traz para o Plenário discutir como será o envolvimento do CFP nestas atividades.  
224 Sandra Spósito pede a participação de quatro representantes para essa frente. Ana Sandra  
225 pergunta se há alguma programação, e não há. Ela se preocupa com as implicações de trazer  
226 quatro pessoas, quatro dias, sem programação nenhuma. Na audiência está resolvido, com a  
227 participação da Sandra Spósito. Mas o festival não. Sandra Spósito propõe reduzir para duas  
228 representações. Ana Sandra encaminha que é importante garantir a participação da Letícia, que já  
229 é representante, e decidir a outra participação de acordo com a disponibilidade, dando  
230 preferência a alguém do Plenário, possivelmente a Jureuda Duarte e/ou Andréa Esmeraldo e, em  
231 não podendo, chamar a Eunice Guedes. **17. Cadastramento de pessoas jurídicas no tocante às**  
232 **comunidades terapêuticas.** Paulo Aguiar fala de uma demanda recebida do CRP 21, de uma  
233 solicitação de orientação sobre o cadastramento de pessoa jurídica, que no caso se apresenta  
234 como comunidade terapêutica. Resgatando a consolidação das Resoluções, sobre as inscrições e  
235 registros, Paulo aponta que a PJ que presta serviços a terceiro é obrigada a se registrar no





236 Conselho caso preste serviço de psicologia. Com relação ao cadastramento, este somente é  
237 concedido se o profissional de psicologia não incorrer em práticas que conflitem com o código  
238 de ética. Usa como exemplo Resolução do CRP02 que taxativamente proíbe o registro de  
239 Comunidades Terapêuticas. O CRP 04 impõe uma série de condições para o cadastramento que  
240 na prática impede o cadastramento. Paulo Aguiar considera que é preciso discutir como dar essa  
241 orientação sobre o cadastro. Ana Sandra esclarece que não é adequado o Regional simplesmente  
242 negar o cadastramento, mas que o que pode ser feito é, como fez o CRP04, criar critérios que  
243 dificilmente sejam alcançados a depender do tipo de prática que se oferece sob o nome de  
244 psicologia. O encaminhamento é dar essa orientação ao CRP21 e indicar os critérios do CRP  
245 Minas e Rio Grande do Sul, como modelos de alternativa a ser aplicada. **25. PLC 74/2018 –**  
246 **Regulamenta a Profissão de Psicomotricista e Autoriza a Criação dos Conselhos Federal e**  
247 **Regionais de Psicomotricidade.** Regina Pedroza traz o ponto da regulamentação de  
248 psicomotricista. Informa que esse foi ponto de reunião no Conselhinho e que lá todos foram  
249 contra. Regina requer a posição do Plenário quanto ao tema. Ana Sandra pede a projeção da  
250 minuta de parecer da Gerência Técnica sobre o caso e o lê. Paulo Aguiar sugere que se tire a  
251 citação no final da minuta, mas em geral o documento é muito elogiado e é aprovado. **15.**  
252 **Seminários sobre práticas integrativas e complementares.** Ana Sandra explica que a Gerência  
253 Técnica – GETEC – sinalizou que os psicólogos tem constantemente acionado o Conselho  
254 Federal para saber do posicionamento do sistema Conselhos sobre as Práticas Integrativas e  
255 Complementares. Faz a proposta de realizar um seminário interno para os Conselheiros e a  
256 equipe da GETEC para se debruçar sobre esse assunto. O Plenário delibera que o seminário deve  
257 ser realizado no domingo após a Plenária de setembro, no dia 30/09/2018. Às dezoito horas e  
258 onze minutos, foi encerrada a sessão plenária. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo  
259 Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os  
260 presentes acima nomeados e  
261 referenciados.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "Almeida", "Paula", "Malus", "Jureado", "Bambusa", "Fischer", and "P".